



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(6 – Política Social, Seguridade Social e Proteção Social)

## O ESTADO NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS. UM CONTRIBUTO RESIDUAL OU PRECÍPUO?

Iris Sunsyaray M. F de Andrade<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio discute as incongruências das teses que defendem o fenecimento do Estado nas economias latino-americanas. Com base nisso, objetiva-se efetuar uma leitura do Estado dependente na contemporaneidade. A pesquisa é balizada por meio de uma incursão bibliográfica, e compreende importantes autores das ciências sociais como Agustín Cueva, Jaime Osório e István Mészáros. Com o debate auferido extrai-se que o Estado endossa a reprodução expandida do modo de produção capitalista, viabilizando o regime de propriedade privada, das classes sociais e ratificando a centralidade do mercado como a única via possível nesta sociedade.

**Palavras-Chave:** Estado; Estados dependentes; Economias latino-americanas; Capitalismo.

**Abstract:** This essay discusses the inconsistencies in the theses that defend the disappearance of the State in Latin American economies. Based on this, the objective is to carry out a reading of the dependente State in contemporary times. The research is guided by a bibliographical foray and covers important authors in the social sciences such as Agustín Cueva, Jaime Osório and István Mészáros. From the debate gathered, it can be concluded that the State endorses the expanded reproduction of the capitalist mode of production, making the regime of private property and social classes viable and ratifying the centrality of the market as the only one possible way in this society.

**Keywords:** State; Dependent States; Latin American Economies; Capitalism.

### I INTRODUÇÃO

Embora orientado por leis imperativas de acumulação, concentração e centralização do capital, o modo de produção capitalista na América Latina apresenta características

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: iris\_sunsyaray@hotmail.com



peculiares, situando-se como uma área “delicada” em comum marcada por uma estruturação própria dentro do grande sistema capitalista imperialista global. Cada país da região possui peculiaridades e ordenamentos próprios (Cueva, 2019).

A fase vigente do capitalismo nessa região traz uma determinação: a união entre a força política do Estado com a força econômica do capital. Nas palavras de Cueva (2019, p.2) “[...] trata-se da conformação de um capitalismo monopolista de Estado [...]” Mesmo que sob estruturas e organizações diferenciadas das ocorridas nos países imperialistas, devido ao caráter de sua formação social. No entanto, o capitalismo na América Latina é regido pelas mesmas leis que o consubstanciam no restante do globo. Assim, não há impedimento de sua livre atuação na localidade. O desenvolvimento do sistema na região chega inclusive a ser superior do que em outras áreas concernentes.

De acordo com Cueva (2019), a América latina possui uma composição capitalista entretecida de múltiplas entidades e especificidades. Com uma matriz estrutural heterogênea, qualificada pelo desenvolvimento desigual do capitalismo ante aos países centrais e pela significativa influência de sua fase pré-capitalista em que foi palco da rapina, violência e espoliação europeia. Esses fatos incidem em um caráter específico do desenvolvimento capitalista na região, expresso na manutenção de amplos e restritos setores econômicos e no escoamento de matérias primas conforme os interesses de outrem. Graças a sua condição de subalternidade no sistema capitalista imperialista, a região continuamente se reporta e serve aos países centrais, sofrendo constantes reajustes e adaptações. Nas palavras do autor:

[...] um processo histórico assim determinado se caracteriza não propriamente por sua “falta de desenvolvimento”, mas por um tipo de desenvolvimento capitalista em certo sentido impetuoso, que vai acumulando uma constelação muito especial de contradições que acabam por converter esses países em verdadeiros elos débeis da cadeia capitalista imperialista mundial... ou seja, em sua fase mais avançada – monopolista se somam as das fases ou instâncias anteriores, incluindo as enormes sequelas do pré capitalismo e onde a própria questão nacional não foi resolvida, em razão da mesma situação colonial, semi-colonial de dependência (Cueva, 2019, p. 6, grifos nossos).

Sobre a temática, Paiva, Rocha e Carraro (2010), acrescentam que

Além da extração secular de riquezas das colônias, por pilhagem, escravização e assassinato, esse sistema assegurou também um mercado de escoamento para os produtos manufaturados na Europa, funcionando como motor de acumulação de capital nestes países. (Paiva; Rocha; Carraro, 2010, p.152).

A partir dessas problematizações, atesta-se o caráter e a especificidade da dinâmica capitalista na região da América Central e América do Sul. Uma área definida para a extração de seus bens minerais e materiais e para assistir as necessidades de um mercado “imperioso”, seguindo as regras de uma divisão social do trabalho injusta desigual (e necessária a consolidação capitalista) que nessa constelação aparta os países em elos frágeis e elos fortes do sistema.



De acordo com Cueva (1983), esse momento é uma espécie de antessala do subdesenvolvimento. Na fase em que as colônias da América latina entram – ainda que forçosamente – no sistema capitalista, na participação da acumulação primitiva mundial, o que determina o seu lugar na formação econômica-social. Uma vez que seu desenvolvimento passou a ser condicionado e respaldado nos interesses dos países tidos como civilizados e modernos. O estatuto colonial freia e burla a autonomia dessa região. Para acumulação de outrem, foi necessária à sua própria desacumulação. Por isso, Frank (1966) afirma ser na periferia o território ideal em que ocorre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Do mesmo modo que no âmbito econômico, pode-se aplicar a lei de desenvolvimento desigual na organização da superestrutura estatal também. O que nos leva a afirmar que a democracia burguesa é perpassada por contradições e incoerências em todas as compartimentos de suas disposições. Contudo, o Estado é colocado como uma das principais formas de dominação do sistema capitalista. A principal qualificação deste “Estado” ou melhor situando, estrutura de Estado (se pensando a sua gênese no século XIX) de caráter oligárquico e agrário, é justamente a capacidade de assegurar a reprodução “ampliada” do modo de produção capitalista em condições históricas dadas, de acordo com a posição ocupada de cada formação econômico-social na cadeia internacional capitalista (Cueva, 2019, p.7).

Tratar os primórdios do Estado na América Latina é ter a compreensão de que se fala sobre um Estado colonial dependente dos Estados metropolitanos. Somente após processos de independências, que se darão entrecortados de particularidades históricas e sob momentos diferenciados em cada país da região, é que as oligarquias locais tomarão posse do Estado, todavia ainda subordinadas aos poderes imperialistas coloniais. A posteriori por meio de disputas internas entre interesses de diferentes oligarquias e grupos vinculados a um incipiente processo industrial, o Estado irá passar à hegemonia de setores burgueses. A instauração de sistemas “democráticos”, ou seja, com participação popular e direito ao voto, também segue caminhos diferentes em cada país (Quijano, 2005).

Segundo Cueva (2019), ao longo de sua trajetória o Estado latino-americano teve de cumprir face ao desenvolvimento capitalista algumas atribuições: a garantia do sistema de dominação de que lhe é resultado; a manipulação de condições necessárias para a vigência do pacto colonial; a atenuação de rachaduras, arestas e lacunas que esse mesmo pacto viabiliza; a identificação e expressão das tendências dominantes de cada formação social e por fim, o estabelecimento das bases de uma hegemonia, mesmo que para isso tenha que se utilizar da lei e na maioria das vezes, da força e coerção para impedir revoluções sociais ou ameaças sistêmicas diante das contradições acumuladas.



Nesses termos, de acordo com o autor, torna-se comum a necessidade de uma atuação autoritária de modo geral por parte desse Estado e por isso, uma postura mais política por parte do mesmo. A ramificação militar no seio desse Estado torna-se a sua última e primeira “fortaleza”, o que explica a sua atuação como “regra” até os presentes dias.

Para compreendermos o atual perfil do Estado latino-americano é necessário levarmos em conta que a instrumentalização de toda fase do desenvolvimento capitalista provocou um contexto de severa crise em nossas sociedades, da qual emergem duas possibilidades: 1) “transformação revolucionária do sistema [...]” ou 2) “sua reestruturação em termos sociais e politicamente reacionários” levando a uma nova fase do desenvolvimento capitalista (Cueva, 2019, p. 9).

A atual fase do desenvolvimento capitalista se representa pela fusão da força política com a força econômica. Dinâmica que resulta na formação de um capitalismo de Estado, definidora de seu processo de evolução e, portanto, de seu caráter de classe. “O desenvolvimento do aparato produtivo obedece mais do que nunca ao movimento do sistema capitalista em seu conjunto, antes das demandas e necessidades nacionais (Cueva, 2019, p. 11)”.

A transnacionalização é uma condução comum ao sistema capitalista desde meados do século XX. Abarca não apenas a propriedade, mas todas as cadeias produtivas. Entre os anos de 1960 e 1970<sup>2</sup> o Estado latino-americano materializa-se como o remodelador da sociedade em um momento de diversidade e ampliação das lutas sociais. Objetivava com isso, atingir as iniciativas de desenvolvimento nacionais autônomas, para difundir um projeto de desenvolvimento associado, transnacionalizando setores chaves da economia – atrativos ao interesse do mercado mundial.

Um movimento que levou a reestruturação do bloco burguês e o seu aprofundamento. Destaca-se a partir de então, a coexistência da fração burguesa imperialista com a fração burguesa nativa – que sem outras alternativas, conformou-se e adequou-se ao estágio e curso do capitalismo na região. Há, portanto, uma determinação interna de classe. “De forma que agora o capital imperialista já não se apoia, como antes em um setor burguês local simplesmente comprador (intermediário), mas em um sócio certamente menor, mas de mesma natureza econômica [...] (Cueva, 2019, p. 10)”.

Diante dessas novas condições de valorização do capital, o Estado passa a assumir para si exigências históricas. Como assegurar a existência de uma mão de obra barata e balancear os salários para dentro dos limites permitidos no capitalismo monopolista. Ao

---

<sup>2</sup> Período marcado pelo Nacional- Desenvolvimentismo caracterizado pela centralidade da política industrial que baseia-se na substituição de importações, centralidade do Estado no direcionamento macroeconômico, de infraestrutura e bem estar social e na harmonização do capital e trabalho e na participação de uma equipe tecnocrática na gerência dos principais cargos e atribuições do Estado (CASTELO, 2009).



Estado, cabe reduzi-los até que se tornem atrativos a uma real “vantagem comparativa”. Para tanto, interveem sob uma política econômica liberal “sem controle de preços para toda mercadoria, exceto uma: a força de trabalho (Cueva, 2019, p.12)”. O preço da força de trabalho nesta máxima deve ser fixado pelo mercado e consentido pela coerção estatal.

É nesse chão histórico que o fluxo do capital estrangeiro se dá em grandezas diversas, acentuando as disparidades sociais, as abissais diferenças de classes, a miséria e desigualdades em todos os âmbitos da sociabilidade “hospedeira”. Há, portanto, a chamada implementação do capitalismo monopolista de Estado, sob faces bastante autoritárias, desmantelando o mundo do trabalho, do direito e das seguranças sociais básicas.

A partir desse quadro histórico político geral, nos orientamos a efetuar uma leitura do Estado dependente na contemporaneidade. Nas últimas três décadas grandes representantes do neoliberalismo colocaram que chegamos ao fim da história e o Estado estava com os dias contados, sob um papel cada vez mais secundário na organização das atividades sociais e humanas (Mészáros, 2015).

Nesse estudo visamos contrarrestar essas teses e posicionamentos que afirmam a falência do Estado a partir de uma incursão bibliográfica e documental a respeito desse debate. Para tanto, nos balizamos nas investigações de grandes quadros das ciências sociais contemporâneas como Augustín Cueva, Jaime Osório, István Mészáros, entre outros. Partindo do pressuposto que o Estado moderno viabiliza e dá conforto em ampla margem para o fluxo do capital financeiro, às corporações multinacionais e os organismos financeiros, formando uma densa rede de poder político e econômico no planeta.

“Sem examinar o Estado moderno, não se examina o capitalismo... O Estado tornou-se a expressão política do capital [...] (Mészáros, 2015, p. 10)”. É por meio deste que se organiza uma disposição militar e protetiva, as forças produtivas, a viabilização do regime da propriedade privada, as relações entre as classes sociais, o arranjo das regras do jogo capitalista. O que ratifica e possibilita uma sociedade de mercado, a centralidade fiscal, o exercício da produção e circulação das mercadorias. Portanto, as crises desse capital, são também a do Estado, o retroalimenta (Mészáros, 2015).

Dito isso, objetiva-se contrapor as teorias modernas e de globalização que defendem um Estado carcomido nas regiões periféricas do sistema. Para tanto, segue-se na qualificação e estruturação do Estado dependente latino-americano fazendo as devidas mediações com o modo de produção capitalista que o permeia e o consubstancia.

## **II A NATUREZA DO “SUPOSTO” SEMI-ESTADO NAÇÃO: UMA SOBERANIA RESTRITA, MAS NÃO ANULADA.**



Se tornou cada vez mais comum a presença de estudos e teses que defendem a redução do escopo estatal no âmbito da sociedade contemporânea. Esses posicionamentos se fortalecem diante da constatação do atual movimento do modo de produção econômico internacional, a chamada mundialização. Compreendemos o termo mundialização como o “modus operandi” do sistema em espectro mundial: uniformizar e espriar tendências, estilos e modos de vida. Provocando uma espécie de homogeneização, que atua negligenciando a heterogeneidade das economias, os aspectos culturais e formativos de determinadas nações, como acontece com as empresas de fast-food, dentre as quais um exemplo é a presença da “McDonald’s” em quase todos os países do globo (Osório, 2014).

À vista disso, algumas análises enfatizam que o Estado nação<sup>3</sup> tende a extinguir-se e está percorrendo o caminho para tal. Outras vão mais além, e defendem que o mesmo nem se consolidou na América Latina, colocando a sua constituição como pendente. Sustentam que a atuação estatal se torna cada vez mais secundária ante o fenômeno da mundialização. Atribuem a esse processo a desorganização do Estado em esferas determinantes, o que fere a sua soberania e os seus novos atores em plano internacional.

Entre os principais fatores dessas investigações e questionamentos, Osório (2014) coloca alguns elementos da realidade que atestam tal posicionamento: 1 - O capital financeiro e especulativo internacional sobrepondo-se ao controle dos centros estatais; 2 – Conglomerados multinacionais – filiais sediadas no globo encabeçando decisões fundamentais da economia internacional, e 3 – Ingerência dos organismos financeiros internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD): grandes direcionadores e reguladores de políticas estatais.

Nessas narrativas, tem-se um Estado secundário, fragilizado sob a consequência da globalização que o limita e nivela. “[...] O pressuposto implícito é que o capitalismo financeiro internacional, os conglomerados multinacionais e os organismos financeiros internacionais não respondem a interesses nacionais (Osório, 2014, p. 181)”.

Osório (2014) se opõe as colocações sobre a redução do Estado e a sua perda de influência e poder. Para ele, há uma generalidade nesses discursos em que o Estado é tratado de modo uniforme, como se não houvessem ou desaparecessem as diferenças entre Estados, periferias e regiões centrais. Entretanto, reconhece a existência das chamadas “soberanias restringidas” que, para este autor, correspondem aos Estados latino-americanos. Nessa interpretação, a mundialização infere na economia. A divisão desigual do exercício da soberania assume novas formas: maiores graus no centro e os menores ao se aproximarem do espaço das regiões e Estados dependentes.

---

<sup>3</sup> Por Estado-nação entende-se a centralização de um determinado território o qual estabelece um poder comum sob uma democratização capaz de conferir uma estabilização da sociedade (Sunsyaray; Icasuriaga, 2023).





A soberania restrita não limitou a execução do poder político por parte das classes dominantes latino-americanas, que seguiu forte na consecução de seus interesses e projetos. Isto se dá porque tais projetos estão atrelados com os da burguesia internacional. Como nos diz Singer (2018), na atual etapa do capital os interesses burgueses seguem imbrincados, seja pelas franjas burguesas produtivas, seja pelas rentistas e, até mesmo, na relação capital nacional e capital internacional, a depender das alianças e do jogo político em questão. Uma equação que desponta na configuração periférica: soberania fraca e poder político forte. Necessária para as classes dominantes locais e para as frações do capital hegemônico em escala internacional.

A **precaridade de algumas instituições** e estruturas ou as “deformações” presentes no mundo dependente **não são um sinal de ausência** de modernidade, mas, ao contrário, **expressam a forma como estas regiões e sociedades se organizaram** no campo econômico e político **para responder às necessidades de exploração e de dominação**, constitutivas da natureza desse sistema (Osório, 2014, p.192, grifos nossos).

Existe, portanto, uma heterogeneidade estatal proveniente do avanço capitalista em larga escala, hoje, em sua etapa de mundialização, reproduzida sob novos vieses. Não há, portanto, um formato válido de atuação estatal. São admitidas diversas vestes e combinações para esta definição. Movimento este concernente à lógica de expropriação de valor de algumas localidades em detrimento de outras. Há uma regra, uma estrutura hierarquizada de dominação, que acarreta num exercício diferenciado de soberania estatal. “O suposto semi-Estado-nação que existiu e que hoje existe nas regiões dependentes é o tipo de Estado requerido pelos interesses sociais internacionais e locais que lucram com o mundo que o capital constrói (Osório, 2014, p.192).

Há um antagonismo diversificado na natureza do capitalismo que irá definir o ritmo dessa expansão em caráter mundial. Por isso, “Estado forte e Estado nação-fraco são as duas caras de um Estado que necessita de um poder político férreo e soberanias restringidas na organização política da periferia (Osório, 2014, p. 192)”. Os Estados centrais são antes de tudo competidores, disputam recursos escassos, contratos de armamentos e segurança, tecnologia e outros meios de prestígio e reconhecimento nacional (Mészáros, 2011). Fato que fez o nosso autor se opor a ideia, também difundida na contemporaneidade, de que possa vir a se construir uma mundialização operária, no sentido de gestar um Estado supranacional (um poder acima dos governos).

Assim, entende-se que a soberania restrita é uma peça fundamental no tabuleiro do jogo que se joga, garantindo a fluidez e a posição distinta de outras peças. Mas, não invalidando a sua autonomia e poder no espaço específico que ocupa. A sua posição não impede uma atuação decisiva e forte do Estado que representa. Isso posto, seguiremos no estudo da importância dessa matriz estadocêntrica nas linhas tênues da cadeia produtiva.



## II.1 A importância da matriz estadocêntrica nos elos débeis do sistema

As fissuras são próprias a todo Estado de classes. No entanto, no capitalismo dependente há particularidades que intensificam essas fissuras. Em primeiro plano, a condição subjugada das formações sociais em que se constitui, e diante disso a influência na modalidade de superexploração da força de trabalho dependente que determinam as relações entre classes e suas frações (Osório, 2014).

Nas regiões periféricas ocorre uma constante infração ao valor da força de trabalho por parte dos capitalistas. Esse desrespeito ao valor da força de trabalho chama-se de superexploração do trabalho, é este proceder que justifica a dependência. O fundo que deveria viabilizar o consumo, leia-se as necessidades plenas, do(a) trabalhador(a) em uma determinada sociedade, acompanhando a sua época e seus costumes, é retido para a acumulação capitalista, originando um modelo peculiar de capitalismo, o dependente<sup>4</sup> (Osório, 2000).

Não se trata apenas de um aumento na condução da exploração, mas sim de um apoderamento indevido pelo patronato de parte do trabalho que fora realizado pelos trabalhadores, fruto de um trabalho excedente. Mede-se pela subtração entre o valor da força de trabalho do(a) trabalhador(a) e o valor produzido por meio dela. “[...] pela existência de um trabalho excedente acima do tempo de trabalho necessário (Osório, 2000, p. 175).

Esse produto excedente é extraído de modo direto pela apropriação do valor diário da força de trabalho ou de forma indireta com a intensificação do trabalho ou do tempo de trabalho ainda que sob aumento salarial, uma vez que tais práticas acerta o valor total da força de trabalho (ao longo da vida) e conseqüentemente, atinge o seu valor diário fazendo-o ampliar a sua energia física e mental, acarretando uma série de doenças ao homem que sobrevive do trabalho e reduzindo o seu tempo total de vida “livre” (Osório, 2020).

Assim, no capitalismo dependente ocorre uma condensação nas relações de poder e dominação que são atravessadas também no Estado. Qualifica-se por relações restringidas de soberania frente a regiões de plenas soberanias. Esse exercício é uma característica estrutural, podendo acentuar-se ou atenuar-se a depender das implicações destes aspectos ou da correlação de forças no bloco no poder, acarretando nessas regiões dependentes, como visto anteriormente, relações de subsoberania.

Nesses termos, registra-se uma subordinação das burguesias locais perante o capital e as classes soberanas desenvolvidas e imperialistas. O que provoca a ausência ou o enfraquecimento de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais por

---

<sup>4</sup> Um proceder diferente do que ocorre nas economias centrais em que o (a) trabalhador(a) foi inserido no consumo interno, podendo acessar uma parte do produto que lhe fora retirado. Sobre isso, ver Furtado (2003).





meio das classes dominantes do capitalismo dependente. “Seus projetos operam em condições de subordinação e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos (Osório, 2014, p. 206).” Seus posicionamentos e tendências abastecem e nutrem projeções e intentos alheios.

Esse formato decorre, em parte, como uma investida imperialista a possíveis organizações e projetos populares e e insurreições anti-capitalistas os quais poderiam com maior facilidade serem levantados nos países dependentes (devido aos rebatimentos das circunstâncias estruturais ali presentes). O que explica também, a influência constante de organismos multilaterais na regulação dessas regiões.

Uma realidade que provoca debilidades, só compensadas por meio do “peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas (Osório, 2014, p. 207)”. Havendo neste caso, uma debilidade estrutural das classes dominantes que convencionalmente se reportam às classes dominantes imperialistas. A fragilidade produtiva se corresponde no forte intervencionismo estatal como mecanismo de viabilização dos projetos hegemônicos, mesmo ante as teses que defendem o fim da intervenção. Logo, matriz estadocêntrica é muito viva e importante na região, assentindo e afirmando a lógica da mundialização.

A reprodução capitalista nas economias dependentes está baseada fundamentalmente na superexploração da força de trabalho que por sua vez, é mantida e reproduzida por variadas e sofisticadas formas pelo Estado. A superexploração permite processos produtivos, ignorando as necessidades e demandas da maioria da população. Volta-se a produção para os mercados externos e conseqüentemente, para as camadas sociais que representam os poderosos mercados internos. A reprodução do capital sob a superexploração resulta em profundas cisões e fraturas sociais, gera tendências maiores à desintegração nesses espaços.

Nesse interím, tem-se a necessidade constante de recorrer aos mecanismos coercitivos do Estado. Nas economias dependentes as sociedades se caracterizam pelo alto nível de conflitos sociais, barbáries e mazelas sociais que são respaldadas ou incoradas em um Estado que se apresenta como ineficiente, negligente e insuficiente, mas na verdade é um pilastre da racionalidade vivenciada.

Em muitos casos, esse mesmo Estado aparenta ser um comando acima da sociedade. A resolução e ação das classes dominantes se estabelece pelo alto, gerando uma tendência à despolitização das massas, separando as mesmas dos assuntos e trâmites políticos. Para isso, se dissemina e se fortalece a ideia de que a política pertence aos dotados, aos qualificados, às pessoas preparadas, experientes (Osório, 2014).

Em sociedades com grandes discrepâncias sociais e acentuados índices de miserabilidade, o ente estatal é tido como um aparato de poder que pode conceder maiores



benefícios e repartições, auxílios e doações. Não se tem a compreensão do mesmo quanto um direito de cidadania, “[...] mas como dádivas daqueles que mandam (Osório, 2014, p.210)” Por isso, são vistos como se estivessem acima da sociedade. “[...] permite mitigar o despotismo cotidiano do capital, depositando esperanças numa autoridade protetora (idem)”.

Adiante, prosseguiremos deslindando como se opera esse Estado na face mundializada recente do capital.

### **III. O ESTADO ANTE OS ORGANISMOS FINANCEIROS E OS GRANDES CONGLOMERADOS INTERNACIONAIS**

Como vimos, a expansão do sistema capitalista como sistema mundial, no decorrer de seu desenvolvimento forma regiões e localidades diferenciadas – do ponto de vista da apropriação de bens e riquezas. O centro se qualifica como o grande retor de valores e a periferia como a difusora dos mesmos. Está-se diante de uma questão relacional e não apenas geográfica ou de velocidade de avanço e incompletudes (como colocam as chamadas “teorias da modernização”<sup>5</sup>). Demonstrando um sistema capitalista que percorre regiões tornando-as heterogêneas, ocasionando toda sorte de desigualdades.

Para as teorias de modernização dos anos 1950 e 1960 e nas teorias da globalização há apenas “diferenças de grau” e não “diferenças de natureza”, defendem uma visão única de desenvolvimento com classificações de países em desenvolvimento, atrasados e países avançados. Nessa perspectiva todos os países caminham juntos para o desenvolvimento, explicando que alguns se colocam frente a outros como numa corrida de atletismo, e que se faz absolutamente possível a “ultrapassagem” dos que estavam atrás. Sendo admissível que todos alcancem a linha de chegada, caso se esforcem o suficiente no comprimento de suas tarefas ou ajustes, estes balizados no FMI, no BIRD e na Organização das Nações Unidas (ONU), (Osório, 2014; Machado, 1970).

Até ocorrem pontuais experiências em que áreas dependentes logram uma posição de destaque no ordenamento capitalista, como o caso recente do Leste Asiático<sup>6</sup>. Todavia, o crescimento (episódico) de regiões periféricas geram equívocos. É necessário indagar-se: Quais regiões cresceram? A partir de que? A custo de que? E em que quadra histórica – quais forças políticas e sociais disputavam o bloco no poder?

Os chamados “avanços” proporcionados pelo capital, pela tecnologia, robotização automação e “modernização” alcançam variadas áreas do globo (até mesmo nos países em

<sup>5</sup> A esse respeito, ver Pinheiro (1970).

<sup>6</sup> A esse respeito, ver Katz (2016).



desenvolvimento), ainda que em um grau e numa velocidade menores do que nos países desenvolvidos e contemplando apenas algumas localidades e um número restrito de (“seletas”) pessoas. De igual modo, as misérias e mazelas decorrentes desse modo de produção também são sentidas no centro.

O capitalismo explora e gera miséria e pobreza não apenas na periferia, mas o faz no centro também” Diferença não só de magnitude – mas qualitativa. O capitalismo central gestou uma modalidade de reprodução que necessitou integrar a população assalariada ao mercado interno – ao consumo. Já no capitalismo dependente - periférico foi se fixando o modelo *agro-exportador* em detrimento do mercado interno, seguindo assim o modelo colonial. A sua produção foi pensada para os mercados externos, principalmente para os países centrais, o mercado interno ficara em segundo plano na reprodução”. ...que passou a se conformar principalmente com as camadas sociais ligada ao capital, e somente de forma acessória com as camadas assalariadas (Osório, 2014, p. 184).

Um aspecto significativo da atual etapa da mundialização é o controle dos Estados, que agora se limitam ante a incidência dos grandes conglomerados, das grandes empresas. Dentro desta lógica recente, frações burguesas nativas dos países dependentes tiram proveito dessa condição por meio de alianças e consensos com o capital transnacional, financeiro e industrial e um dos muitos paradoxos que se extrai dessa situação é o benefício de setores internos e externos dessa condição.

Enquanto os países periféricos se empobrecem, eleva-se o número de grandes fortunas de empresários e setores dominantes no interior dos mesmos. Isso em um movimento ascendente para a burguesia doméstica e principalmente para as franjas dominantes externas também. “Das 13 principais casas financeiras de investimento em escala mundial na atualidade, 11 são estadunidenses e as outras duas são europeias (Osório, 2014, p. 194)”.

Das 500 maiores companhias do mundo segundo sua capitalização no mercado, 48% são dos Estados Unidos, 30% pertencem a países da União Europeia e 10% são do Japão, sendo que essas três áreas somam quase 90%... as matrizes permanecem com uma base territorial específica. Em outras palavras, **a transnacionalização não rompe o vínculo entre o poder de tais empresas e seus aliados nacionais** [...] (Osório, 2014, p.195, grifos nossos).

6 das 10 empresas farmacêuticas e biotecnológicas da lista antes citada do Financial Times são estadunidenses e 4 das 10 companhias de gás de petróleo também o são; e o mesmo ocorre para 9 das 10 companhias líderes em seguros e 9 das principais empresas geradoras de comércio no varejo. **Se considerarmos apenas as 100 maiores empresas mundiais, 57% são estadunidenses** (Osório, 2014, p. 195, grifos nossos).

Como se extrai das informações é nas matrizes e Estados sedes que ficam concentrados os maiores volumes de lucros. Osório (2014) coloca, que mais de 80% das decisões fundamentadas nas áreas de investimentos e tecnologia dos grandes conglomerados financeiros, industriais e de serviços são tomadas nas casas de regiões centrais e não em suas filiais difundidas pelo mundo. O que nos implica a questionar: De fato existe uma descentralização de poder, recursos e decisões em curso como se quer afirmar os neoliberais?



Para o autor, a atual etapa da mundialização do capital compreende a chamada “neo-oligarquização” dos Estados. Consiste nos setores e frações burguesas ligadas aos bancos e importantes corporações industriais que assumiram o poder político para organizar o sistema mundial conforme seus projetos. Nessa mesma linha, posicionam-se as ações do BIRD, do FMI e da ONU. A maioria das análises os colocam como entidades que se movem de forma independente dos interesses estatais e possuem margem para manobrá-los e conduzi-los.

Os Estados Unidos (EUA), Japão e países da União Europeia estão entre as principais nações que concedem os maiores recursos para as operações desses organismos multilaterais. Fato que confere a esses organismos posições de destaque na definição das políticas de reajuste e de controle que exercem – principalmente no mundo periférico. “A transferência de capitais latino-americanos para o norte, no período de 1983 e 1991, chegou a 200 bilhões de dólares, desses 1 bilhão quatrocentos e cinquenta dois milhões de dólares equivalem aos serviços da dívida (Toussaint, 1989, p.4 apud Machado; Zibitch, 2017).

De acordo com Osório (2014), a mundialização demarca uma centralidade política, econômica e territorial nunca antes registrado. Por isso, contraria as investigações e afirmações da não existência de um centro territorial de poder e de que essa tendência desencadeie em uma descentralização e desterritorialização da hegemonia econômica. Assim como, também se coloca veementemente contrário aos estudos que alegam a não centralidade dos EUA no jogo imperialista de poder.

Para Osório (2014), os tratados comerciais e seus consequentes planos de integração formaram uma consistente rede de relações e poder econômico e político global. Movimento que atinge em cheio a soberania dos Estados-nação. Desdobrando-se em reajustes no exercício diferenciado da soberania dos Estados no sistema mundial capitalista, tornando a soberania ainda mais restringida no mundo dependente e/ou qualificando-a em espaços de incisão do mundo imperialista.

No plano econômico, pode-se colocar que a mundialização é o meio pelo qual o capital opera ostensivamente e intensivamente nas heterogêneas áreas do planeta. Uma dessas formas se dá por meio das corporações multinacionais – agrícolas, financeiras, serviços, industriais, (farmacêuticas, metalúrgicas, mineradoras), o que intensifica o problema da soberania estatal desigual no sistema mundial, atingindo nessa esteira os países periféricos. **“A mundialização capitalista somente pode alcançar os níveis atuais, e somente poderá seguir avançando, ao estar apoiada no Estado-nação que poderá se redefinir, ampliando, por exemplo, os espaços “nacionais” a serem controlados (Osório, 2014, p. 200, grifos nossos)”**.



As frações burguesas que hegemonomizam a mundialização não têm o enfraquecimento ou desmembramento do Estado como finalidade. Pelo contrário, tratam de reformá-lo ou redimensioná-lo para o alcance de seus interesses e projetos, tanto nos centros de poder quanto na periferia, considerando as particularidades de cada território. Por isso, coincidindo com Braudel (1985, p.68 apud Machado; Zibichi, 2017, p. 67) “O capitalismo não pode triunfar sem o Estado”. Isso porquê há uma espécie de fusão entre o Estado e o capitalismo, compondo o seu aparato, fazendo parte do funcionamento do seu sistema.

Por esse motivo, a importância do controle do aparelho estatal desde o processo formativo das burguesias latino-americanas, sob a execução da violência e da força, primeiro contra monarcas europeus e depois, na expropriação de terras de índios, negros e camponeses tradicionais. Foi essa aliança com o poder de Estado que possibilitou à classe burguesa-latifundiária a apropriação das terras e dos bens comuns e naturais daquela população. O Estado foi e continua sendo elementar e indispensável à acumulação capitalista e suas práticas tenebrosas nos países centrais e nos latino-americanos. Nos variados modelos (Desenvolvimentista, de Contrainsurgência, Neodesenvolvimentista<sup>7</sup>) e formatos que assumiu ao longa da história recente sempre afirmou e espalhou a ótica burguesa e liberal.

#### **IV RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Partindo na contramão de teses que alegam que as sociedades organizadas pelo Estado na América-latina teriam se desintegrado, sendo cada vez mais raras, tendo perdido legitimidade e cedido o seu lugar ao mercado situamos esse ensaio. Para Osório (2014, 2022), essas narrativas só se apropriam do aparente, como o minguado tensionamento político e classista nas políticas públicas e sociais nessas regiões e o encolhimento de representação popular (luta de classes) nos setores estatais. Esses estudos não consideram a centralidade estatal na garantia dos estágios atualizados do capitalismo e de sua mundialização. Não aprofundam as reflexões no Estado que viabiliza a pujança da presente e imperiosa ordem econômica, que se mantém a serviço da racionalidade dominante.

Conforme Osório (2020), as análises são realizadas tomando as nações desenvolvidas como parâmetros. Contudo, as execuções e formatos dos Estados dependentes são maduros e representam o que é possível dentro da realidade de

---

<sup>7</sup> Sobre isso, ver Osório (2014) e Sunsyaray; Icasuriaga (2023).



dependência. Entre os elementos que lhe conferem sentido estão as relações de poder e domínio das classes sociais e suas contradições.

Embora se oponha as narrativas de redução e até mesmo inexistência do Estado, Osório (2020) atesta a existência de uma crise estatal na América Latina quando denuncia a condensação das relações sociais de domínio e poder de classes existentes. As classes sociais são formadas a partir das relações sociais de exploração e de domínio do trabalho pelo capital. O predomínio da superexploração do trabalho ao tempo que acentua, dispersa conflitos sociais e o necessário tensionamento da luta de classes, o que obstaculiza uma tendência mais coesa, autônoma e classista/popular nos países periféricos.

É nesta realidade que o Estado dependente se situa como um membro frágil na cadeia internacional de dominação. Não se trata de imaturidade ou incompletude do Estado, mas pelas particularidades que o caracteriza e o diferencia no plano político e econômico. E, por não contar com estruturas produtivas complexas e por sofrer com a monopolização da economia nos seus múltiplos setores, ocorre a entrada voraz dos países centrais nesses trechos, se alocando por meio de multinacionais, seguradoras financeiras, casas de crédito, que passam rapidamente a deter o predomínio e o controle financeiro do local.

No Estado burguês latino-americano se expressa e se consolida a hegemonia política com a orientação de projetos e modelos econômicos. “Somente o Estado tem a capacidade de apresentar interesses sociais limitados como interesses societários de toda a comunidade, ou seja, como projeto de todos (Osório, 2014, p. 220)”. Nessa ótica, compreende-se que foi/é através do Estado que a “nova” grande burguesia latino-americana logrou o projeto concernente ao atual estágio do capital, irrompendo a mundialização. O que nos faz asseverar a importância fundamental desta entidade nos presentes dias da sociabilidade humana para afirmação e consentimento da hegemonia do capital.

## REFERÊNCIAS

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*. Rio de Janeiro, n.1, v.8, p. 71-91, 2009.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado. **IELA**, 2019. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-a-questao-do-estado/>>. Acesso em: 12/03/2023.

FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**. Nova Iorque, v.8, n.4, set. 1966.





FURTADO, Celso. Raízes do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de America Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da sociedade brasileira de economia política**. São Paulo, n.31, p. 5-30, fev. 2012.

KATZ, C. **Neoliberalismo Neodesenvolvimentismo e Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular. 2016.

MACHADO, Lia. Alcance e limites das Teorias da Modernização. **Adm. Emp.** Rio de Janeiro, n.10, v.2, p. 169-192, jul.-set, 1970.

MACHADO, D.; ZIBECHI, R. **Os limites do progressismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **A pequena história da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo, Cortez, 2014.

OSÓRIO, J. **Dependência e superexploração**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Conselho Federal de Economia (COFECON), 2000. p. 167-187.

OSÓRIO, J. O Estado de contrainsegurança com coro eleitoral na América Latina. Observatório do Estudo Latino-Americano (**ODELA**), 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/07/o-estado-de-contrainseguranca-com-coro-eleitoral-na-america-latina/>>. Acesso em: 12/03/2023.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 179-225.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**. Brasília, n.26, v.12, p.147-175, jan-jun, 2010.

PINHEIRO, Lia. Alcance e limites da teoria da modernização. **R. Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v.10, n2, p. 169-192, jul./set. 1970.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO. Consejo Latinoamericano de ciencias sociales. Editorial/editor, 2005.

SAMPAIO JR., P. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo (SP): SG- Amarante Editorial, 2017.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SUNSYARAY, I. **O neodesenvolvimentismo no Brasil**: um estudo sobre a sua gênese, ascensão e contradições (2006-2010). 2020. A553n. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa – PB, 2020.

SUNSYARAY, I.; ICASURIAGA, G. Colonialidade do poder e os limites reguladores do Estado na América Latina. Coleção José Paulo Netto. In: LEITE, J. et al. (Orgs.). **Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social**. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2023, p.16-25.